



RESUMO DA ATA: DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 25 DE MARÇO DE 2015

Ata da Reunião Extraordinária de 11/02/2015, aprovada por maioria, com três abstenções: Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos 11 de fevereiro ano de dois mil e quinze. Estavam presentes os conselheiros e as conselheiras municipais de saúde, além de convidados e convidadas, conforme lista de presença anexa, devidamente assinada e que faz parte desta ata. O Sr. Paulo Tavares Mariante, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, deu início à reunião às 19h saudando aos presentes e promovendo a leitura da ordem do dia: 1) Informes; 2) Ata da reunião ordinária realizada em 28 de janeiro de 2015; 3) Obras do Pronto Atendimento “São José”; 3) Privatização da farmácia do Hospital Municipal Mário Gatti – HMMG. Paulo Mariante informa que problemas no áudio da reunião realizada no dia 28 de janeiro inviabilizaram transcrição em tempo hábil e propõe que a apreciação da respectiva ata seja adiada para a próxima reunião. Segue-se a reunião segundo a ordem do dia. **1) Informes:** Segue-se apresentação de informes de acordo com ordem de inscrições: LUCIANO: questiona falta de medicamentos na rede (especificamente Clonazepam) e indaga possibilidade de o Centro de Referência do Idoso (CRI) oferecer transporte aos seus usuários, considerando que muitos apresentam dificuldade de locomoção; ALEXANDRE: questiona carência de médicos em várias unidades, com destaque para demora no atendimento a demanda de ginecologia; MARIA HELENA questiona diretamente ao Sr. Marcos do Depto. Administrativo sobre a reforma do Centro de Saúde 31 de março anunciada e sobre agenda para reunião do conselho local de saúde da Policlínica ainda não disponibilizada; MANOEL informa que há cinco autoclaves de unidades de saúde do Distrito Leste quebradas e cobra solução; TROMBETA denuncia permanência de autoclaves quebradas há 1 ano, a precariedade estrutural do Centro de Saúde Taquaral e a responsabilização indevida da coordenação local pela não tomada de providências até o momento, propõe mandato de segurança sobre a secretaria municipal de saúde como medida a ser adotada pelo Conselho; CHICÃO: questiona não publicação de moção e resolução aprovadas no pleno do conselho sobre a medida da Secretaria Municipal de Saúde referente à distribuição de jornadas e questiona qual posição assumida pela Secretaria de Saúde sobre esta questão dado declaração feita pelo Secretário à imprensa; LUCIO: informa ausência de manutenção há mais de 1 ano dos equipamentos do laboratório municipal, informa realização de evento pela Comissão de Saúde do Seis Bairros (região Nova Mercedes e San Diego) para conscientização para o controle de possíveis criadouros de mosquito e combate a dengue no dia 13/02 pela manhã; PALHINHA solicita inclusão de pauta no mês de março sobre o Complexo Hospitalar do Ouro Verde; TERUEL: questiona intimação dirigida à coordenadora do Centro de Saúde Taquaral responsabilizando-a por precariedade estrutural da unidade, inclusive com risco de desabamento, e solicita esclarecimentos sobre a questão a Secretaria Municipal de Saúde; VALDIR: denuncia falta de autoclave no PA Anchieta e informação de que gestão do HMMG pretende subcontratar outros serviços de terceiros para execução de atividades no hospital além da gestão da farmácia; ERICA: convida para eventos em menção às doenças raras a partir do dia 21/02; MARIANTE coloca informes da Executiva do conselho: decisão por parte do TCU por impedimento de repasses de recursos financeiros do SUS para a SPDM; compromisso da Secretaria Municipal de Saúde em apresentar esclarecimentos sobre esta questão na próxima reunião da Executiva do Conselho e inclusão como ponto de pauta na reunião extraordinária do Conselho do mês de março, calendário para 10ª Conferência Municipal de Saúde (prazo máximo para realização até 13/07/2015), pactuado em reunião da Executiva com o Prefeito Municipal a convocação da conferência por decreto a ser publicado após definição de data em 25/02/15, esclarece que não publicação de resolução aprovada na última reunião é decorrência da relativa vacância da secretaria executiva do Conselho uma vez que esta está atualmente ocupada por

funcionária nomeada contrariando decisão do próprio conselho, esclarecendo que as atividades administrativas têm sido realizadas voluntariamente por conselheiros; EDSON presta esclarecimentos a partir dos questionamentos colocados: sobre falta de medicamentos esclarece que Clonazepam comprimidos já se encontra disponível e informa que no site da prefeitura é possível acompanhar os tempos de abastecimento e locais onde há disponibilidade; sobre transporte para o CRI encaminha solução individual direcionada a demanda específica apresentada pelo usuário Luciano; sobre carência de profissionais faz referência a concurso em andamento, refere monitoramento das escalas de plantão da urgência e emergência e disponibiliza acesso aos dados, quanto à distribuição de jornada, esclarece que o prazo para entrada em vigor da medida está mantido (prorrogação por 30 dias a partir da data que consta do decreto) e que os casos que não se adequarem ao estabelecido pelo decreto serão tratados pontualmente, sobre não publicação da resolução aprovada refere como atraso decorrente de avaliação por parte da Assessoria Jurídica e sinaliza para superação de barreiras operacionais. MARCOS presta esclarecimentos a partir dos questionamentos colocados: sobre o Centro de Saúde 31 de março refere que o atraso é decorrente de necessidade de reformulação do projeto e necessidade de contratação de empresa especializada para tanto, sobre a disponibilidade de agenda para reunião do Conselho Local da Policlínica esclarece que não recebeu ofício solicitando reunião e se colocou disponível, sobre questionamentos acerca de autoclaves refere que houve contratação de empresa para manutenção (Sete Maquinas) porém a demanda excedeu o previsto, 6 equipamentos foram considerados inviáveis para uso e 8 estão sob risco de serem considerados inviáveis, atualmente está em estudo convênio com Centro de Engenharia Biomédica (CEB) e com o Centro para Manutenção de Equipamentos (CEMEQ), ambos da Unicamp, para que passem a realizar manutenção dos equipamentos da Saúde, esclarece que a extensão dos prazos é decorrente de procedimentos legais de controle exigidos pela administração pública, sobre a situação do Centro de Saúde Taquaral refere que já foram desencadeadas providências para solução. EDSON complementa dizendo que a Secretaria de Urbanismo foi acionada para reverter a notificação direcionada a coordenadora da unidade. 2) **Obras do Pronto Atendimento “São José”:** MARCOS apresenta síntese sobre o andamento da obra, esclarece que o prazo inicial indicado foi prazo mínimo estimado, mas houve necessidade de extensão do prazo e indica primeira semana de março como prazo estimado máximo para finalização da obra. Segue-se a exposição do ponto pelo representante dos trabalhadores e usuários: RICARDO: enfermeiro do PA São José questiona como será encaminhada questão de carência de profissionais (médicos, técnicos de enfermagem e de radiologia) na unidade após a reforma discutida; GERALDO usuário conselheiro local de saúde do PA São José refere que a população foi mal informada sobre a obra, reitera questionamento feito por Ricardo sobre carência de profissionais, destaca que foi observada aceleração do ritmo da obra após manifestação da população do bairro; BAIXINHO: usuário conselheiro distrital da região Sul observa que o prazo colocado inicialmente não foi claramente posto como prazo mínimo, observa que inicialmente a obra foi conduzida com número reduzido de trabalhadores e conseqüentemente o ritmo estava lento motivo pelo qual acredita que tenha acontecido atraso na obra, por fim reitera preocupação com carência de pessoal; GERARDO: destaca desrespeito com controle social por parte da Secretaria Municipal de Saúde ao longo das discussões acerca da realização da obra, não foi fornecido cronograma e não houve comunicação adequada com a população usuária. Segue-se discussão realizada, de acordo com ordem de inscrições. LUCIO: reitera desrespeito com que o controle social foi tratado na medida em que não foi atendido nas reivindicações apresentadas com relação a obra bem como a preocupação com carência de funcionários. MARIANTE propõe que a Secretaria Municipal de Saúde encaminhe ao Conselho Municipal de Saúde e ao Conselho Local de Saúde do PA São José no prazo até 23 de fevereiro um parecer da situação atual do quadro de profissionais e necessidades para funcionamento adequado. EDSON se compromete com disponibilização de

escala de profissionais e previsão de novos profissionais aos conselheiros, se compromete a levar as demandas relativas a pessoal para a câmara técnica de Urgência e Emergência. FELICIA coordenadora do PA São José reitera dificuldade com número reduzido de profissionais, principalmente técnicos de radiologia e destaca carência em escalas diurnas. AGUINALDO apresenta informações sobre concursos públicos, refere inexistência de concurso homologado para técnico em enfermagem, mas afirma previsão para abril de 2015, afirma que concurso para técnico em radiologia foi homologado e aguarda previsão orçamentária, afirma que existe concurso em vigor para enfermeiros com previsão de chamada de 43 profissionais. **3) Privatização da farmácia do Hospital Municipal Mário Gatti - HMMG:** MARCOS PIMENTA presidente do HMMG justifica que a opção da atual gestão do hospital por subcontratar um terceiro para gestão da área de suprimentos do hospital tem como objetivo trazer eficiência, eficácia e qualificação para o hospital, exemplifica situação de outros hospitais que fizeram mesma opção pela terceirização a empresas com qualificação e expertise no setor privado, destaca como dificuldade a carência de profissionais e inviabilidade de contratação por parte da Prefeitura Municipal posta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, afirma ainda que tal opção poderá oferecer maior economicidade e possibilidade de reinvestimento no setor, colocando como justificativa as dificuldades de financiamento do SUS. Afirma ainda provável transferência dos servidores atualmente lotados na farmácia para outros setores do hospital quando da contratação da referida empresa. MARTA LINO enfermeira e presidente do Conselho Local de saúde do HMMG, informa que as decisões por parte da gestão do hospital são apenas comunicadas ao conselho, não há discussão prévia, afirma que a atual gestão apresenta reiteradamente terceirização como saída para os problemas apresentados pelo setor de farmácia do HMMG, acredita que o serviço e os servidores foram levados ao limite a fim de justificar a terceirização, coloca que o posicionamento dos trabalhadores do hospital e do conselho local é contrário a terceirização. VALDIR critica condições inadequadas de trabalho dos servidores da farmácia, questiona qual destino será dado aos servidores que serão deslocados da farmácia com a terceirização e convoca conselheiros de saúde de forma ampla a se mobilizarem contra privatização. MARCIA MOLINA afirma ser possível solucionar os problemas apresentados pelo setor de suprimentos, sob as mesmas diretrizes apontadas pela gestão do hospital em sua apresentação, dentro do setor público sem recorrer a privatização o que se verifica a partir de sua experiência pessoal na área, solicita ao conselho investigue a situação em que se encontra a farmácia do hospital atualmente e propõe para isto a formação de uma comissão do conselho, propõe que o conselho se posicione contrariamente a privatização do setor de suprimentos. Por fim, propõe resolução ao pleno do conselho, conforme anexo. A pedido do pleno do conselho, é realizada verificação de quórum. Com vinte e um conselheiros e conselheiras entre titulares e suplentes presentes, não há quórum para deliberações e a pauta em questão fica automaticamente transferida para a reunião seguinte a se realizar em 25 de fevereiro de 2015. Em tempo, o conselheiro ED CARLOS informa sobre ato público a ser realizado em 12 de março à partir de 8h em frente ao hospital como contraposição a privatização. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião às 21 horas e vinte minutos. Eu, conselheira Ellen Machado Rodrigues lavrei a presente ata que após lida, analisada e discutida será assinada por membros do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.

Ata da Reunião Ordinária de 25/02/2015, aprovada por maioria, com duas abstenções: Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos 25 de fevereiro ano de dois mil e quinze. Estavam presentes os conselheiros e as conselheiras municipais de saúde, além de convidados e convidadas, conforme lista de presença anexa, devidamente assinada e que faz parte desta ata. O Sr. Paulo Tavares Mariante, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, deu início à reunião às 19h saudando aos presentes e promovendo a leitura da ordem do dia: 1)

A.

Informes; 2) Ata da reunião ordinária realizada em 28 de janeiro de 2015; 3) Privatização da farmácia do Hospital Municipal Mário Gatti – HMMG; 4) Eleição da Mesa Diretora, Comissão Executiva e Conselho Fiscal; 5) Organização da 10ª conferência municipal de saúde. Paulo Mariante propõe inversão dos pontos de pauta, transferindo o ponto de informes para o fim da ordem do dia. Submetida proposta a votação, aprovada por maioria absoluta. **1) Ata da reunião ordinária realizada em 28 de janeiro de 2015:** MARIANTE questiona a plenária se há alguma retificação referente a ata. Diante da ausência de manifestações, encaminha-se votação da mesma. Realizada votação, ata aprovada por maioria com 01 abstenção. 2) **Privatização da farmácia do Hospital Municipal Mário Gatti – HMMG:** MARCIA MOLINA resgata o conteúdo da discussão realizada na reunião do dia 11 de fevereiro de 2015, informa que foi encaminhado pedido de impugnação do edital de licitação, com levantamento de quatorze pontos de irregularidades. Márcia faz leitura de uma proposta de resolução para o Conselho contra a privatização da farmácia e área de suprimentos do HMMG (inteiro teor em anexo a esta ata). VALDIR destaca que há previsão de privatização de outras áreas além das referidas, questiona a Secretaria Municipal de Saúde sobre o que acontecerá com os servidores atualmente lotados na farmácia a partir do momento em que houver empresa terceira atuando neste setor. GERARDO coloca existência de jurisprudência para suspensão de processos de privatização a partir de casos em outras cidades e entendimento da justiça e do Ministério Público de existência de inúmeras irregularidades nos contratos terceirizados; destaca receptividade da população durante o ato público e tomada de consciência de resultados

negativos com privatizações e terceirizações. DANIEL coloca extensão dos processos de privatização também no estado, destaca caso da Unicamp, propõe que a resolução apresentada inclua pedido de CPI da Saúde a Câmara de Vereadores de Campinas. VERA alerta para risco de extensão de privatização de todo o hospital a partir da privatização da farmácia que é setor estratégico da instituição, destaca dificuldade para abrir esta discussão no conselho e importância de se manter ativamente contrário a privatização do SUS. HELOISA apresenta contrapontos a argumentação do presidente do HMMG, frisa importância da farmácia para funcionamento do hospital, sugere alteração do texto da resolução substituindo solicitação de vistoria por solicitação de informações sobre a vigilância sistemática realizada pela comissão sanitária do hospital, solicitar ao Conselho Regional de Farmácia informação sobre inspeções realizadas por este órgão e, por fim, sugere denúncia ao Ministério Público do Trabalho sobre más condições que venham ocorrendo na farmácia. REINALDO justifica ausência do presidente do HMMG e em nome dele solicita ao conselho que encaminhe todos os questionamentos formalmente a presidência do hospital. MARCOS esclarece que o processo de reforma e qualificação do almoxarifado não se trata de privatização. GERARDO propõe solicitação de detalhamento da reestruturação em execução no almoxarifado bem como quem será executor. Foram incorporadas as propostas de resolução as sugestões feitas por Heloísa e encaminhada a votação. Resolução aprovada por maioria com dois votos contrários. Em seguida encaminhada proposta de solicitação de pauta na Comissão de Política Social e Saúde da Câmara de Vereadores alternativamente a solicitação de Comissão Especial de Inquérito. Proposta submetida a votação, aprovada por maioria com três votos contrários e uma abstenção. **3) Eleição da Mesa Diretora, Comissão Executiva e Conselho Fiscal (vaga em aberto);** seguiu-se processo de eleição por segmento, sendo eleitos para Comissão Executiva segmento de gestores e prestadores Reinaldo e Lizandra, segmento de trabalhadores Ellen e Marlene e segmento de usuários Graça, Francisco, Valdir e Alfredo. Para Mesa Diretora foram eleitos pelo segmento de trabalhadores Ellen, pelo segmento de gestores e prestadores Reinaldo e pelo segmento de usuários Iara. Para preenchimento da vaga em aberto no Conselho Fiscal foi indicada conselheira Aldrey. **4) Organização da 10ª conferência municipal de saúde:** MARIANTE informa as propostas trabalhadas até o momento pela comissão preparatória para a 10ª



conferência municipal formada no segundo semestre de 2014; expõe que o prazo limite para realização da conferência municipal é 13 de julho de 2015; quanto ao regimento, coloca como proposta a utilização do regimento da 9ª conferência com ajustes mínimos necessários ao contexto atual; quanto aos delegados, coloca como proposta a supressão da condição “delegado nato” e a adoção de critério mínimo para que os conselheiros municipais sejam delegados, qual seja, participação em pelo menos uma conferência distrital (etapa preparatória para conferência municipal); coloca como propostas de datas para conferências distritais os dias 09, 16, 23 e 30 de maio e 13 de junho, todos sábados para oferecer tempo suficiente para debate e eleição de delegados; indicado pré-conferências temáticas para realização de debates específicos de interesse, sendo sugeridos como temas a) gestão e gerenciamento local e b) gestão e financiamento no plano macro; coloca proposta de discussão e avaliação de propostas da 9ª conferência municipal nos conselhos locais de saúde; quanto a coordenação e estrutura organizacional para a 10ª conferência, coloca a proposta de constituição de uma comissão organizadora, uma comissão executiva e três comissões operativas (apoio e infra-estrutura; sistematização e relatoria; organização, mobilização e comunicação), sendo que estas últimas seriam comissões abertas e as deliberações sobre temas polêmicos seriam encaminhadas a comissão executiva e/ou pleno do conselho; informa que em 05 de março será realizada reunião para levantamento de interessados em compor as comissões e na sequência será apresentado a discussão e deliberação em reunião extraordinária do conselho em 11 de março. Finalizado este ponto, foi encaminhada proposta de prorrogação do tempo de reunião por adicionais trinta minutos, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. **5) Informes:** Segue-se apresentação de informes de acordo com ordem de inscrições: ADOLFO: biomédico do laboratório municipal e membro do conselho local do laboratório, relata que há numerosas queixas quanto ao tempo de espera para entrega de resultados dos exames do grupo sete, os quais são terceirizados realizados para a PUCCAMP que, por sua vez, quarteriza para outras instituições e que tem sido construída proposta de incorporação destes exames pelo laboratório municipal, relata que está em andamento a contratação de um técnico de informática e dois biomédicos, por fim refere ausência de manutenção de equipamentos críticos e está em construção projeto para manutenção preventiva e que houve compromisso do Secretário Municipal de Saúde em se reunir bimestralmente com o conselho local para dar encaminhamento às demandas desta unidade. MÁRCIA usuária, traz depoimento pessoal de dificuldades de acesso a exame de ultrassonografia articular, coloca necessidade de existência de algum órgão ao qual possa recorrer para encaminhar questões críticas quanto ao funcionamento das unidades de saúde. LÚCIO convida para assembléia na região dos seis bairros no dia 27 de fevereiro às 16h para chamar a atenção da população local para o atraso na entrega do Centro de Saúde da região que já soma oito anos e pede aos representantes da gestão municipal confirmação ou não sobre data indicada para inauguração do PA São José e que dêem retorno quanto aos questionamentos levantados na reunião anterior sobre quadro de funcionários. ERICA se solidariza com relato de Márcia e chama a atenção para o fato de que dificuldades de acesso não se restringem ao SUS, mas também têm sido recorrentes em convênios, convida para atividades de conscientização sobre doenças raras a se realizar em 26 de fevereiro e para evento estadual com mesma temática em São Paulo capital no dia 27 de fevereiro. MARIANTE coloca informes da Executiva do conselho: foi apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde a síntese de dados sobre casos de dengue no município, mas devido ao volume de dados e frente ao adiantado da hora, Mariante propõe que sejam apresentados em detalhes na próxima reunião extraordinária do conselho, o conselho estadual de saúde e a plenária estadual de conselheiros realizará a plenária popular sudeste como preparação para a conferência nacional de saúde, o conselho municipal em parceria com várias entidades promoverá a semana municipal de fitoterapia entre 07 e 14 de abril, o movimento do Centro de Saúde do Parque da Figueira realizará em 26 de fevereiro protesto contra perda de profissionais, quanto ao PA São José coloca dados



informados por ofício pela Secretaria Municipal de saúde: a unidade será habilitada como UPA 3 após a inauguração, hoje conta com 44 médicos (27 clínicos gerais e 17 pediatras), 41 técnicos de enfermagem, 14 enfermeiros, 12 técnicos em radiologia; os servidores foram transferidos para outras unidades durante a reforma e deverão retornar tão logo a reforma seja finalizada; atualmente há 215 profissionais em processo de admissão de diversas categorias; foi solicitado a secretaria de Recursos Humanos a contratação de outros 239 profissionais para reposição de trabalhadores exonerados que deverão ser alocados em unidades de pronto atendimento, SAMU e Unidades Básicas de Saúde; concursos em andamento: técnico em enfermagem, médicos, agentes comunitários de saúde; propõe encaminhamento de cópias do ofício referido ao conselho local de saúde do PA São José. WALQUÍRIA informa que em 26 de fevereiro haverá reunião de revisão do Plano Diretor e chama a atenção para importância da participação dos conselheiros e conselheiras de saúde. MARIANTE faz menção ao falecimento de Dr. Vicente ex-médico no Centro de Saúde Costa e Silva e ao falecimento recente de Rosângela e Lurdinha ex-militantes feministas e militantes do SUS. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião às 21 horas e vinte minutos. Eu, conselheira Ellen Machado Rodrigues lavrei a presente ata que após lida, analisada e discutida será assinada por membros do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.

Apreciação dos Relatórios de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde e do Relatório Quadrimestral de Gestão do 3º Quadrimestre de 2014 e acumulado anual.

O Relatório de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde foi apresentado pelo Sr. Diretor, Reinaldo Antonio de Oliveira, com imagens e quadros em slides em power-point. Depois de sua apresentação, na qual se destacou que o Município de Campinas gastou com Saúde o percentual de 26,02%, bem acima dos ditames da Constituição Federal (15%) e da Lei Orgânica do Município (17%), foi passada a palavra ao representante do Conselho Fiscal, Sr. Manuel Silverio Teodoro, para a leitura do Parecer daquele órgão, cujo teor ora transcrevemos. “O Conselho Fiscal de Saúde, órgão do Conselho Municipal de Saúde de Campinas, reuniu-se ordinariamente no dia 24.03.2015, para análise da PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2014 E ACUMULADO ANUAL DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS – SÃO PAULO. Após os esclarecimentos prestados por gestores financeiros do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, os Conselheiros Manuel Silvério Teodoro e Jose Alfredo Donizéti Leal manifestaram VOTO CONTRÁRIO e o Conselheiro Luiz de Paula Góes votou FAVORÁVEL, com ressalvas às questões de regularização de contas de convênios, totalizando 2 (dois) votos contrários e 1 (um) favorável, exarando PARECER CONTRÁRIO à referida Prestação de Contas, relativa ao ano-base de 2014. A seguir a palavra foi aberta aos demais conselheiros do Pleno, e foram feitas as seguintes observações: que seria importante, caso fosse aprovado o Parecer do Conselho Fiscal e rejeitada a Prestação de Contas do exercício de 2014, que este Conselho encaminhasse esta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União, bem como ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Ministério Público Federal, tendo em vista que nos recursos do SUS existem verbas federais, o que inclui a competência de órgãos de controle federais. Por outro lado, houve um questionamento ao fato de que recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) estariam sendo destinados ao pagamento, por parte da Real Sociedade Beneficência Portuguesa de Campinas, de uma dívida de taxas de água e esgoto com a SANASA, o que se configura como ilegal, por tratar-se de um recurso público para pagamento de dívida de uma entidade privada, fora do objeto do convênio com o SUS via Prefeitura Municipal de Campinas. O Sr. Diretor do Fundo Municipal de Saúde teve novamente a palavra para prestar esclarecimentos e então passou-se a deliberação, dentre duas propostas: a aprovação das contas, ou a rejeição das contas, acolhendo-se o





Parecer do Conselho Fiscal, com os adendos propostos em Plenário. A votação foi nominal e colheram-se os seguintes votos: votaram SIM, pela aprovação das contas, Marlene Feliciano Oliveira, Monica Regina P. de Toledo Macedo Nunes, Marcos Roberto Ferreira, Reinaldo Antonio Oliveira, Agnaldo Ribeiro de Queiroz, e Lizandra Aparecida da Rocha; votaram NÃO, pela rejeição das contas, Paulo Tavares Mariante, Luciano Marques Lira, Francisco Jose Navarrete, Roberto Gil, Renato Alves Libanio, Maria da Graça Silva Xavier, Gerardo Melo, Jose Alfredo Donizete Leal, Maria Regina Nascimento, Vania Lando Carvalho, Manuel Silverio Teodoro, Joana Julia Rezende Tripolini, Aldimir Hervella, Jose do Nascimento, Evanira Aparecida Marcilio, Maria Filomena Jorge Branco Vilela, Paulo Martins, Mario Macedo Netto, Juliana Turno da Silva, Roberto Mardem Soares Faria, Raquel Souza Lobo Guzzo, e Ligia Rodrigues de Moraes. **Com 6 (seis) votos pelo SIM, e 22 (vinte e dois) votos pelo NÃO, foi REJEITADA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2014 E ACUMULADO ANUAL DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS – SÃO PAULO, e desta rejeição deverá ser dada ciência à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, ao Ministério da Saúde, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao Tribunal de Contas da União, bem como ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Ministério Público Federal.**



Paulo Tavares Mariante
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campinas